



Política nacional de saúde integral da população negra (PNSIPN) e a adesão da população negra aos serviços de saúde

National policy for the integral health of the black population (PNSIPN) and the adherence of the black population to health services

DOI: 10.56238/isevmjv2n1-008

Recebimento dos originais: 03/02/2023

Aceitação para publicação: 27/02/2023

Brenda Tifany Nunes de Souza

Discente de enfermagem pela Universidade Estadual de Goiás

E-mail: brendatifany8447@gmail.com

Thiago Garcia Freire

Mestre - Especialista em Ginecologia - Centro Universitário Goyazes

Heidy Favaro Nakashima Botelho

Especialista em Pediatria - Centro Universitário Goyazes

Fernando de Souza Mazer

Mestre - Especialista em Psiquiatria - Centro Universitário Goyazes

José Augusto de Oliveira Botelho

Mestre - Especialista em Oftalmologia - Centro Universitário Goyazes

Carlos Augusto de Oliveira Botelho Júnior

Especialista em Oftalmologia - Centro Universitário Goyazes

Caroline Franciscato Nakashima

Mestre - Especialista em Infectologia - Centro Universitário Goyazes

Benigno Alberto Moraes da rocha

Biomédico mestre e doutor em medicina tropical e saúde pública - UEG e Centro Universitário Goyazes

RESUMO

Apesar da população negra representar a maioria dos habitantes do país, esse grupo ainda lida com os mais diversos tipos de discriminação e desigualdade racial, e quando se trata de saúde essa realidade não é diferente. Posteriormente o Ministério da saúde reconheceu que essas diferenças também era um agravante na saúde dessa população, recorrendo assim a estudos que evidenciasse essas desigualdades e criando em 2009 a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Faz-se necessário a produções de conhecimento científico sobre saúde da população negra para o aprimoramento contínuo da PNSIPN, como forma também de superar o racismo e denunciar as violações de direitos à saúde e à vida, sendo assim esse estudo busca evidenciar como está a adesão da população negra aos serviços de saúde. Nesse estudo optou-se por ser uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa a fim de identificar produções sobre o tema PNSIPN e a adesão da população negra aos serviços de saúde. Em pesquisas realizadas apontam que atitudes racistas nos serviços de saúde não são fatos esporádicos, é algo recorrente e que compõem um

círculo vicioso que aparta pessoas, e as desumanizam por afasta-las de seus direitos. Em síntese essa pesquisa contribui para consolidar o conhecimento científico produzido por pesquisadores(as) brasileiros(as) sobre a saúde da população negra e reforçar essa temática a fim de que seja elencada em todos lugares possíveis, até que toda sociedade compreenda o quão danoso a desigualdade racial é, e de forma racional enfrenta-la e extingui-la.

Palavras-chave: Saúde população negra, Desigualdade racial, PNSIPN.

1 INTRODUÇÃO

Desde os tempos coloniais, há discriminação contra grupos étnico-raciais, que antes eram manifestadas na imposição de um estilo de vida e escravidão, infelizmente hoje, apesar da população negra representar a maioria dos habitantes do país, esse grupo ainda lida com os mais diversos tipos de discriminação e desigualdade racial, e quando se trata de saúde essa realidade não é diferente (COSTA, 2019).

Grande parte da população negra ocupa posições menos qualificadas e de pior remuneração no mercado de trabalho; vive em áreas que carecem de serviços básicos de infraestrutura, sofrem ainda maiores restrições no acesso a serviços de saúde e estes, quando disponibilizados, são de pior qualidade e menor reparabilidade (SILVA *et al*; 2020). Estudos mostram que a população negra é mais suscetível a diversas comorbidades por causas multifatoriais sendo a principal delas a condição social em que essa população está inserida onde comumente há uma dificuldade desses indivíduos, seus grupos e familiares em acessar moradia, saneamento básico, educação, emprego, cultura, lazer, proteção e outros; É observável a veracidade dessas informações na precocidade de óbitos dessa classe e na quantidade exuberante de doenças crônicas e infecciosas que incidem essa população (FUNASA, 2006).

Segundo o Artigo 196. Da constituição federal “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” No entanto até recentemente, havia forte oposição ao entendimento de que essas diferenças pudessem ser, pelo menos em parte, atribuíveis às desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira e somente a partir do ano de 1990 o país começou a reconhecer as diferenças raciais como fator de desigualdade social (SILVA *et al*; 2020); Posteriormente o Ministério da saúde reconheceu que essas diferenças também era um agravante na saúde dessa população, recorrendo assim a estudos que evidenciasse essas desigualdades e criando em 2009 a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que surgiu com o objetivo geral de Promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades

étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS (PNSIPN,2009).

A PNSIPN tem importância histórica, sendo um instrumento que permite a inserção da temática racial na implementação das políticas de saúde, reconhecendo o racismo como parte da determinação do processo saúde-doença, traçando um compromisso do Estado em enfrentar as desigualdades raciais tanto no âmbito da gestão e organização dos serviços quanto das

práticas de atenção à saúde. A política reconhece o racismo institucional como elemento ordenador das iniquidades em saúde e a necessidade de acesso adequado de negros/as a esses serviços (ANUNCIACÃO, Diana et al. 2022).

No contexto geral a implementação dessa política representativa, surge então como uma ferramenta importante na reestruturação da saúde desse grupo na tentativa de garantir e ampliar o acesso da população negra aos serviços de saúde, ainda sim atualmente estudos apresenta uma elevada taxa de adoecimento e óbitos dessa população, portanto faz-se necessário a produções de conhecimento científico sobre saúde da população negra para o aprimoramento contínuo da PNSIPN, como forma também de superar o racismo e denunciar as violações de direitos à saúde e à vida, sendo assim esse estudo busca evidenciar como está a adesão da população negra aos serviços de saúde.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Há diversos caminhos para refletir-se sobre a produção do conhecimento de uma área.

Nesse estudo optou-se por ser uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa a fim de identificar produções sobre o tema PNSIPN e a adesão da população negra aos serviços de saúde. Essa modalidade de estudo permite que o conhecimento sobre determinado assunto seja identificado, analisado e apresentado de forma sucinta, ressaltando sua pertinência.

A revisão foi feita nas bases de dados, SciELO (Scientific Electronic Library Online), e Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências Sociais) utilizando os seguintes descritores: acesso da população negra aos serviços de saúde; saúde da população negra, PNSIPN e desigualdade em saúde

Para a realização da pesquisa foi estabelecido quatro etapas de seleção sendo elas: 1) Delimitação do tema da pesquisa sendo, Política nacional de atenção integral a saúde da população negra a adesão da população negra aos serviços de saúde. 2) definição dos fatores de inclusão e exclusão de estudos, utilizando os seguintes aspectos para critérios de inclusão: maior abrangência do tema proposto, publicações brasileiras e consequentemente escrita em língua portuguesa,

artigos com resumos e textos completos disponíveis para análise, ano de publicação, sendo selecionados aqueles mais recentes, dentro do período proposto de 10 anos (2012 a 2022). Utilizando como critério de exclusão foram eliminados: produções repetidas (entre as bases de dados) e que não respondessem expressivamente à questão principal do estudo, foram excluídos também os estudos genéticos e antropométricos que não vinculava de forma direta ou indiretamente, suas discussões com os temas da política nacional, estudos disponibilizados de forma incompleta, não gratuitos, e que ultrapassasse o período proposto.

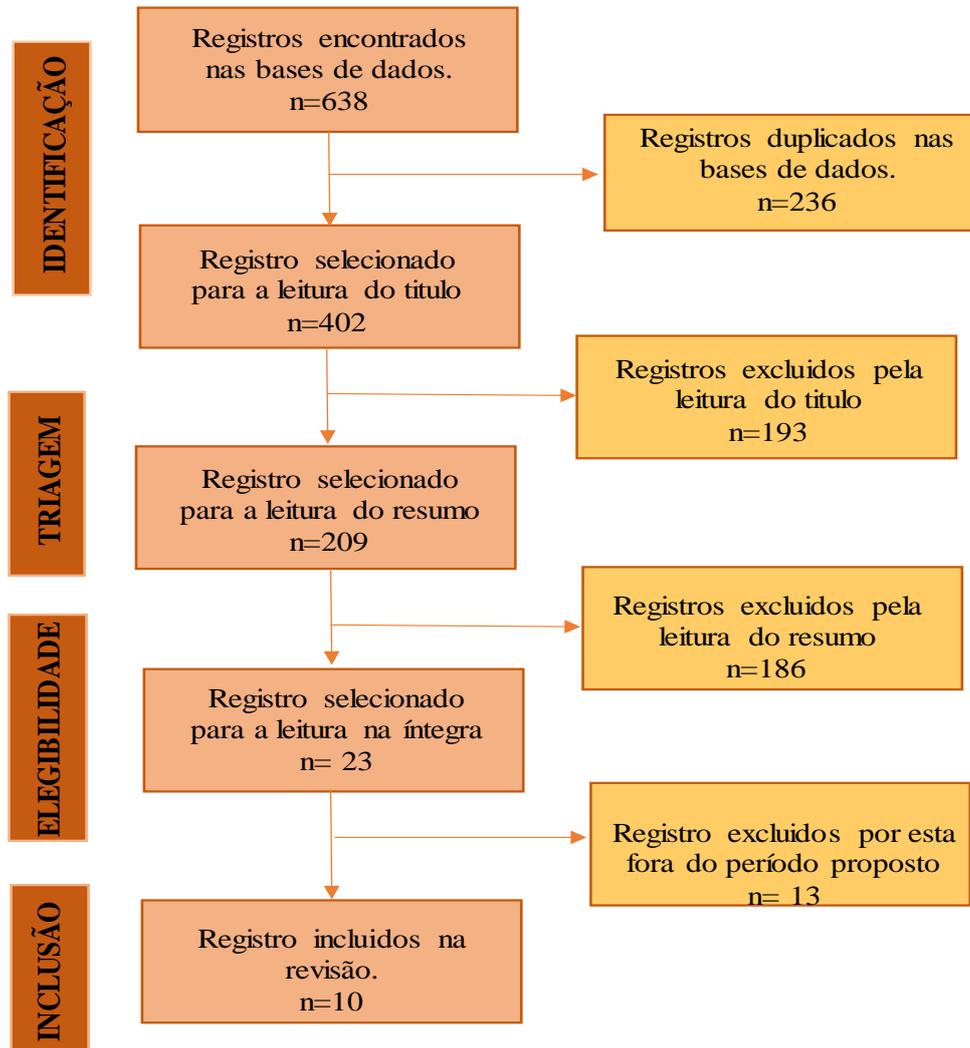
3) análise dos achados: a análise inicial foi realizada com base na leitura de seus títulos e resumos, estendendo-se para leitura na íntegra daqueles que o assunto era pertinente ao tema proposto. 4) identificação das ideias centrais de cada artigo e interpretação dos resultados:

Nessa etapa foi realizado a leitura minuciosa dos objetivos propostos de cada artigo a fim de identificar suas ideias centrais e análise de sua conclusão para avaliar se foram amplamente contemplados. Para a organização e tabulação dos dados, foi elaborado instrumento de coleta contendo: título, periódico, ano de publicação e autores.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO:

Através de buscas nas bases de dados foram encontrados 638 artigos, desses 236 foram deletados por duplicidade, sendo selecionados 402 para leitura do título, por conseguinte excluídos 193 registros em que o título não se enquadrava com a temática e/ou objetivos do estudo; selecionaram-se para leitura do resumo 209 estudos e, posteriormente, 189 foram excluídos, por não cumprirem os critérios de inclusão. Por fim 23 registros foram considerados elegíveis sendo selecionados para leitura na íntegra, destes, 10 foram incluídos nessa revisão. Na Figura 1 é apresentado o fluxograma abordando as etapas da seleção dos estudos.

Figura 1. Fluxograma contendo as etapas da revisão de literatura deste estudo. Ceres, Goiás, Brasil, 2023.



Fonte: Elaborado pelos autores com base na seleção das obras.

Na Tabela 1, estão demonstradas as características dos estudos incluídos nesta revisão, apresentando os seguintes itens: título, autor, ano de publicação, base de dados, principais considerações e temática da pesquisa.

Tabela 1. Apresentação das obras selecionadas, título, autor, ano de publicação, base de dados, principais considerações e temática da pesquisa.

TEMA	AUTOR(ES)	ANO DE PUBLICAÇÃO	MÉTODO DA PESQUISA	BASE DE DADOS	CONSIDERAÇÕES
Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional	NETO, José et al.	2015	Estudo do tipo transversal descritiva quantitativa.	Scielo	Em linhas gerais, as evidências levantadas no presente estudo sugerem que o ciclo da PNSIPN está incompleto. Desse modo, essa temática deve ser abordada em novas pesquisas com o intuito de avaliar a efetividade e gerar subsídios para o aperfeiçoamento de políticas semelhantes
Desigualdades em Saúde: uma perspectiva global	BARRETO, Mauricio	2017	Tese	Scielo	No Brasil, em que pese a ausência das informações desagregadas por raça ou etnia ou que quando coletadas apresentam um preenchimento precário, sabe-se que negras e negros irão sofrer mais severamente os impactos da pandemia e seus vários desfechos negativos. No texto recuperamos aspectos históricos e sua relação com as condições de vulnerabilidade da população negra e apresentamos uma agenda de ações específicas para o combate ao racismo e suas devastadoras consequências no contexto da Covid-19.
Concepções e práticas de educação e saúde da população negra: uma revisão integrativa da literatura brasileira	RIZZO, Tamiris	2019	Revisão de literatura.	Lilacs	Analisa a produção científica da temática de educação em saúde relacionada à saúde da população negra vem ocorrendo de forma heterogênea nos últimos anos, nas variadas regiões do país e encontra-se dispersa entre periódicos das áreas da educação, educação em Saúde e interdisciplinar.
Acesso da população negra a serviços de saúde: revisão integrativa	SILVA, Nelma et al	2020	Revisão de literatura	Scielo	Evidenciar e discutir como ocorre o acesso da população negra aos serviços de saúde.

<p>População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde</p>	<p>SANTOS, Marcia et al.</p>	<p>2020</p>	<p>Dissertação</p>	<p>Scielo</p>	<p>Contribuir para a reflexão no tocante aos impactos da pandemia Covid-19 na população negra, tendo como marco disparador a necessidade premente de analisar as assimetrias que essa emergência sanitária global produz, particularmente em contextos de desigualdade social, como é o caso do Brasil, em que a população em situação de vulnerabilidade social pode ser representada majoritariamente pela população negra</p>
<p>Racismo institucional: violação do direito à saúde e demanda ao Serviço Social</p>	<p>SILVA, Helena et al</p>	<p>2021</p>	<p>Revisão de literatura</p>	<p>Scielo</p>	<p>São analisadas as características das vulnerabilidades e das desigualdades que limitam o acesso da população negra aos serviços de saúde e configuram o racismo institucional, bem como as balizas legais e operacionais estruturadas, com base na PNSIPN, e incorporadas pelo Serviço Social para institucionalizar uma cultura antirracista também na formação e no exercício profissional</p>
<p>Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra</p>	<p>BARBOSA, Raquel et al.</p>	<p>2021</p>	<p>Relato de experiência</p>	<p>Scielo</p>	<p>Discute-se sobre a importância da abordagem dessa temática na Atenção Básica. São resgatados dados sobre as iniquidades em saúde provocadas em decorrência do racismo e a importância de abordar essa temática no processo de formação de profissionais de saúde, ressaltando a centralidade da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Por fim, relata-se a experiência obtida com o projeto, compreendendo que ele esteve inserido em um importante processo de rompimento de ciclos de violência racial.</p>
<p>(Des)caminhos na garantia da saúde da população</p>	<p>ANUNCIAÇÃO, Diana et al.</p>	<p>2022</p>	<p>Ensaio crítico</p>	<p>Lilacs</p>	<p>Analisa a importância da ampliação do debate e da produção do</p>

<p>negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil</p>					<p>conhecimento sobre a saúde da população negra (SPN), focando dois pontos: o papel da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e a importância da inserção do quesito cor nos sistemas de informação em saúde; e a necessidade de um processo de formação permanente dos/as profissionais, inserindo conteúdos relacionados à compreensão do racismo como um dos elementos de determinação social de saúde/doença e seus efeitos.</p>
<p>Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da covid-19</p>	<p>SANTOS, Fernanda et al</p>	<p>2022</p>	<p>Revisão de literatura.</p>	<p>SciELO</p>	<p>A pesquisa objetiva analisar os dados estatísticos concernente à desigualdade racial no Brasil durante o período pandêmico da Covid 19. Nesse aspecto, tem por objeto os desdobramentos da pandemia para o aprofundamento das assimetrias sociais entre negros e não-negros. Consoante às variáveis gênero, raça, classe e região</p>
<p>Percurso da implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Brasil</p>	<p>OLIVEIRA, Larayne et al.</p>	<p>2022</p>	<p>Revisão de literatura</p>	<p>SciELO</p>	<p>Este estudo destaca a necessidade de garantias concretas de participação da população negra, possibilitando dar visibilidade às iniquidades. Busca cooperar no sentido de propor mudanças na qualidade da gestão da saúde integral da população negra e outras medidas reparadoras dessa situação na luta pela conquista e garantia de direitos.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base na seleção das obras.

Analisando a tabela 1 é notável que a produção de artigos envolvendo esta temática, ainda se mostra escassa, diante da complexidade e importância dessa questão. No que diz respeito ao ano de produção dos artigos, observa-se que os achados foram publicados predominantemente

entre os anos de 2020 a 2022, ressaltando que essa temática passou a ser abordada de forma tardia, levando em consideração que foram encontrados apenas três estudos que contemplasse os critérios de inclusão no período de 2015 a 2019. contudo percebe-se que ainda existe muito espaço para o aprimoramento do conhecimento, não só no que diz respeito à PNSIPN, mas principalmente em relação as desigualdades em saúde firmada em estereótipos estigmatizados.

Os artigos também foram classificados segundo a abordagem metodológica utilizada, sendo preponderante o método revisão de literatura / narrativa no qual 2 desses artigos científicos foram encontrados na plataforma LILACS e 7 na plataforma SCIELO, sucedido por 1 dissertação na mesma plataforma.

Quanto a autoria, há a predominância de artigos escritos por graduandos em serviços sociais, seguido por doutorandos em ciências sociais, dentre as publicações selecionadas apenas 1 foi elaborada por graduandos de enfermagem. Cabe ressaltar a importância que a enfermagem enquanto profissionais do cuidado em saúde tem em produzir informações úteis e tomarem conhecimento acerca dessa temática visto que é o profissional presente durante todo o processo de prestação de cuidado e o responsável por educação continuada as equipes de atenção primária.

4 FATORES LIMITANTES DE ACESSO A SAÚDE

Acesso a saúde apesar de não ser o único fator determinante de uma boa e saudável qualidade de vida, é um elemento essencial para manter e/ou restabelecer um padrão de boa saúde, pois tange a oportunidade de utilização dos serviços em circunstâncias que permitam o uso apropriado deles, no entanto apesar de se mostrar insuficiente a produção científica sobre a saúde da população negra, alguns estudos mostra que o preconceito racial é uma das principais causas da não adesão dessa classe aos serviços de saúde.

Para Almeida (2019) o conceito de racismo se classifica em individual, estrutural e institucional. O autor atribui o racismo individual a situações isoladas, manifestando-se principalmente na forma de ações diretas, já na esfera estrutural compreende, que o racismo decorre da própria estrutura social, ou seja, é consequência de como se constituem as relações interpessoais, quanto ao racismo institucional não se resume a comportamentos individuais, mas é o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que atribui, desvantagens e privilégios com base na raça mesmo que de forma indireta.

Segundo, Barbosa et al 2021, as manifestações do racismo estão presentes em diversas situações, desde a formação de profissionais de saúde, que ainda não aborda essa questão da forma como deveriam, até os atendimentos realizados à população, que podem ser marcados pelo

não reconhecimento das particularidades concernentes à saúde desse grupo e por tratamento desumanizante baseado no estereótipo desse indivíduo.

Em pesquisas realizadas apontam que atitudes racistas nos serviços de saúde não são fatos esporádicos, é algo recorrente e que compõem um círculo vicioso que aparta pessoas, e as desumanizam por afasta-las de seus direitos. O racismo institucional muitas vezes se manifesta com humilhação pública, abuso verbal e até mesmo ofensas diretas, esses estudos retratam que grande parte dos profissionais de saúde se baseiam em um senso comum, em que acreditam que pessoas negras possuem uma resistência maior a dor em relação a pessoas brancas, submetendo-as a situações de dor, desconforto e constrangimento a partir de julgamentos morais, por terem uma visão marginalizada dessa população, principalmente quando se trata de atenção à saúde da mulher onde na maioria das vezes são taxadas como procriadoras e negligentes. Outros estudos revelam através de relato de experiência a presença de racismo institucional por parte dos profissionais, no momento em que menosprezam a capacidade cognitiva dessa classe ao não promover explicações claras e concretas sobre o seu quadro clínico, ou quando negam a olhar, a tocar ou promover qualquer tipo de tratamento aquela pessoa, e se realizado com utilização de expressões pejorativas e sem seguir padrões de protocolos necessários; de acordo com o mesmo são situações como essa e a dificuldade em se sentirem acolhidos que resulta na ausência dessa procura ou na procura tardia aos serviços de saúde.

Outro fator que limita a adesão dessa população aos serviços de saúde é o desconhecimento de profissionais quanto a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que com base na diversidade objetiva incluir e sanar as necessidade especiais desse segmento populacional e garantir o acesso equitativo as instituições, no entanto a ausência de implementação não permite que seja identificados os agravos a saúde dessa comunidade, gerando uma série de consequências, por não conceder um registro qualificado de dados expressando suas necessidades específicas e permitir que sejam criados ações e projetos para repará-las.

Oliveira *et al* 2022 ressalta a importância do conhecimento e implementação da política, visto que foi um marco histórico na luta antirracista inserida na sociedade ao longo de tantos anos, onde a mesma reafirma a garantia de equidade na implementação dos direitos humanos à saúde em todos os aspectos de prevenção, tratamento e recuperação de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis, incluindo aqueles de maior prevalência nesse segmento populacional.

Corroborando com o autor, Neto et al 2015 aborda também a relevância de uma divulgação ampla da política já que a mesma aborda particularidade concernentes a esse grupo decorrente da intensa miscigenação ocorrida no território brasileiro, que determinou doenças de caráter genético, além dos fatores socioeconômicos desfavoráveis.

É primordial ressaltar que:

Foi através da PNSIPN que parte das reivindicações do Movimento Negro foram institucionalmente absorvidas, no sentido de expor o racismo institucional e de reorganizar o SUS para o enfrentamento sistemático das discriminações. As ações iniciais para sua implementação envolveram: a) capacitação dos recursos humanos; b) indução da vontade política para encarar o racismo como crime, criando e efetivando mecanismos de controle e punição para os casos de recusa de atenção e de preservação dos direitos humanos nas instituições de saúde. (SILVA, 2021).

No entanto mesmo se tratando de uma política extremamente relevante pesquisas alertam que até o ano de 2019 foi efetivada em apenas 57 dos 5570 municípios brasileiros, evidenciando o descaso governamental em fiscalizar e torna-se imprescindível a sua efetivação, em decorrência disso, também não há interesse por parte dos profissionais em torna-la indispensável, ou obter conhecimento, visto que grande parte desses trabalhadores da saúde sequer conhecem a existência da mesma; isso mostra que a ausência de educação continuada para profissionais de saúde a respeito dessa temática, é bastante evidente, e é marcada pela dificuldade desse profissional em lidar com a diversidade e reconhecer a necessidade específica de cada segmento da população brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto torna-se evidente que o acesso da população negra aos serviços de saúde possui diversos fatores que limitam sua adesão, barreiras essas que submetem o corpo negro a condições sociais desfavoráveis, que dificulta a prevenção, promoção, assistência e reabilitação da saúde e apesar de se tratar de uma temática importante no âmbito da saúde pública é possível observar que a mesma mostra um déficit, apresentando pouco espaço e interesse em discussões que abordem esse tema e mostrem como essa situação está presente tanto em nosso País, como em nosso dia a dia e a forma como elas afetam significativamente o processo saúde-doença, mediante a isso produzir informações sobre o racismo e seus impactos pode melhorar a gestão na saúde, encarando as falhas e as limitações para cumprir com a metas estabelecidas na política.

Sugere-se a inclusão da temática étnico-racial nos componentes curriculares visando incentivar a produção de conhecimento científico para que haja devida capacitação profissional, bem como uma educação continuada desde a formação, de toda equipe, principalmente atuantes



da atenção primária visto que é a porta de entrada que objetiva impedir agravos a saúde, para que esses possam se atentar nas formas de atendimento que estão utilizando ao lidar com a diversidade.

Desse modo ressaltamos que fatos como a não promoção adequada de serviços especializados, desconhecimento de doenças prevalentes da população negra, falta de indicadores nos sistemas de informação e principalmente pelo não reconhecimento da existência de práticas racista é resultante da não implementação da PNSIPN, por isso torna-se imprescindível sua inserção aos serviços de saúde e devida capacitação de seus profissionais.

Em síntese essa pesquisa contribui para consolidar o conhecimento científico produzido por pesquisadores(as) brasileiros(as) sobre a saúde da população negra e reforçar essa temática a fim de que seja elencada em todos lugares possíveis, até que toda sociedade compreenda o quão danoso a desigualdade racial é, e de forma racional enfrenta-la e extingui-la.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. da S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 131-154, 2014. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086/0>. Acesso em: 12 out. 2022.

ALMEIDA, M. da S. Diversidade humana e racismo: **notas para um debate radical no Serviço Social**. Argumentum, Espírito Santo, v. 9, n. 1, p. 32-45, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764>. Acesso em: 15 set. 2022.

ANUNCIACÃO, Diana et al. (Des)caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. **Racismo no Brasil, SciELO**, 16 set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Lqd6jsjQByrvCVyxWCxkqjN/?lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2022.

ARAUJO, Edna *et al.* A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. **Saude população negra**, [S. l.], p. 1-4, 21 ago. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832009000400012>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BARBOSA, Isabelle Ribeiro et al. RAÇA E SAÚDE Múltiplos olhares sobre a saúde da população negra no Brasil. **EDUFRN – Editora da UFRN**, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/44949/3/Ra%c3%a7aeSaude_Barbosa_Aiq_uoc_Souza_2021.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

BATISTA, Luiz eduardo et al. Produção científica brasileira sobre saúde da população negra: revisão de escopo rápida. **Produção científica, SciELO**, 16 set. 2022. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2022.v27n10/3849-3860/>. Acesso em: 14 out. 2022.

COSTA, Sabrina de Jesus et al. SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: Reflexões da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. 2019. Monografia (Bacharel em serviços sociais) - 2019, **EDUFRN – Editora da UFRN**, 2021. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2490/11/MONOGRRAFIA_Sa%c3%badePopula%c3%a7%c3%a3oNegra.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

CRUZ, I. C. F. da; MONTEIRO, M. do C. S. Módulo 1: Saúde Integral da População Negra. Unidade 1: Contextualizando a Saúde da População Negra. **Ed. Universidade Aberta do SUS (UNASUS)**, 2016a. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/2981>. Acesso 28 janeiro. 2023.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro**, v. 18, n. 3, 2020, e00278110. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278.

NETO, José Antônio Chehuen et al. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. **Produção científica, SciELO**, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mNYPvyFtbp3bm3bc8S64b3j/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2022.



OLIVEIRA, Larrayne gallo et al. Percurso da implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Brasil. **Produção científica**, [S. l.], p. 2, 12 set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0214>. Acesso em: 10 fev. 2023.

OLIVEIRA, R. G. DE et al. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v. 36, n. 9, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-311x00150120>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2020000903003&script=sci_arttext. Acesso em: 21 set. 2020.

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA UMA POLÍTICA DO SUS. Anexo A – **Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009**. Política, Bvsmms.saude, 2009. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

RIZZO, Tamiris Pereira et al. Concepções e práticas de educação e saúde da população negra: uma revisão integrativa da literatura brasileira. **Educação e saúde**, fio cruz, 13 dez. 2013. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1635/2316>. Acesso em: 16 out. 2022.

SANTOS, Fernanda Barros et al. Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da covid-19. **Racismo institucional**, [S. l.], p. 3, 9 set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/68967>. Acesso em: 6 dez. 2022.

SANTOS, Marcia pereira *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Saude população negra**, [S. l.], p. 2, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>. Acesso em: 25 jan. 2023.